

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
CAMPUS DO SERTÃO**

THIANA ROCHA DA SILVA PETRAUSKAS

**TDAH, O DESAFIO DE INCLUIR E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO
PROFESSOR DE GEOGRAFIA FRENTE AO DESAFIO DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA.**

**DELMIRO GOUVEIA
2019**

THIANA ROCHA DA SILVA PETRAUSKAS

**TDAH, O DESAFIO DE INCLUIR E A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO
PROFESSOR DE GEOGRAFIA FRENTE AO DESAFIO DA EDUCAÇÃO
INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Alagoas –UFAL Campus do Sertão, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Msc. Cristiano das Neves
Vilela.

**DELMIRO GOUVEIA
2019**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

P493t Petrauskas, Thiana Rocha da Silva

TDAH, o desafio de incluir e a importância da formação do professor de Geografia frente ao desafio da educação inclusiva / Thiana Rocha da Silva Petrauskas. - 2019.

42 f. : il.

Orientação: Prof. Me. Cristiano das Neves Vilela.
Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Geografia. Delmiro Gouveia, 2019.

1. Geografia. 2. Formação docente. 3. Prática docente. 4. Educação inclusiva. 5. Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH. 6. Professor de Geografia. I. Título.

CDU: 910.1:376

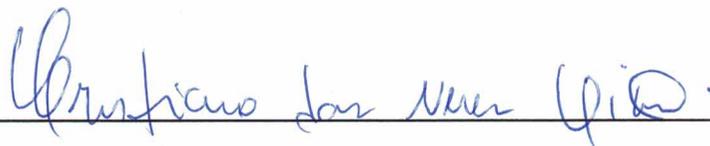
FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR(A): THIANA ROCHA DA SILVA PETRAUSKAS

“TDAH, o desafio de incluir e a importância da formação do professor de Geografia frente ao desafio da Educação Especial” - Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Geografia-Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas – UFAL - Campus do Sertão.

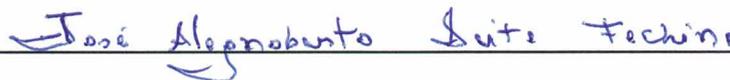
Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao corpo docente do Curso de Geografia Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 18 de abril de 2019.

Banca Examinadora:



(Prof. Msc. Cristiano das Neves Vilela – UFAL / Campus do Sertão)

(Orientador(a))



(Prof. Dr. José Alegn Roberto Leite Fachine – UFAL /Campus do Sertão)

(1º Examinador(a))



(Prof. Msc. Luã Karll de Oliveira – UFAL/Campus do Sertão)

(2º Examinador(a))

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que me apoiaram e incentivaram a não desistir das lutas diárias e que sempre estiveram comigo até chegar ao final deste ciclo e cumprir mais uma etapa com sucesso. Em especial aos meus alunos portadores de TDAH, porque através das nossas vivências, dificuldades e superações foi possível atentar para a importância da formação inicial do professor de geografia para trabalhar com a educação especial.

AGRADECIMENTOS

A gratidão além de um sentimento amplo é o ato de reconhecer uma gentileza prestada por alguém.

Primeiramente agradecer a Deus pelas oportunidades e bênçãos recebidas durante a minha jornada na formação da docência, por todas as superações diante dos obstáculos que enfrentei, como os momentos de tristezas que fizeram parte desta trajetória. Diante dos obstáculos consegui ser uma pessoa mais perseverante e confiante nas minhas decisões.

Não posso deixar de agradecer ao apoio da minha mãe e minha avó materna por serem mulheres sábias e determinadas.

Agradeço também aos meus irmãos, que sempre se dispõem a me ajudar nos momentos essenciais e importantes da minha vida.

Agradeço também ao meu filho pela sua compreensão.

Agradeço também a minha família pelas palavras de otimismo

Agradeço também ao meu orientador Prof. Msc. Cristiano das Neves Vilela, e aos meus colegas de curso.

Viver toda uma vida acompanhada do TDAH deixa marcas. Que entranham no ser, no modo de agir, nos pensamos, nas reações. Nos automatismos, que assumem o controle, apenas reproduzindo códigos, sem consequências. Uma vida sem foco, fora do presente. Perdida ou vagando, tanto faz. Porém sempre em algum lugar distante, no futuro ou no passado. Você pode assumir o comando da sua vida. Agora é a hora. A cada dia um instante. Um passo de cada vez. Em solo firme.

Cacilda Amorim

RESUMO

A principal finalidade deste trabalho é dialogar sobre a importância da formação do professor de geografia para atuar com alunos com TDAH, sintetizando o quanto é importante, a formação deste profissional nos paradigmas da educação inclusiva e a necessidade dessa formação para trabalhar com a educação especial, ao tempo que é feita análise do currículo do curso de geografia, a fim de saber se de fato existe uma proposta de formação de um profissional apto para trabalhar frente a esses paradigmas. Os caminhos que conduziram a pesquisa foram seguidos de uma pesquisa bibliográfica e documental através da realização da leitura de livros, artigos, dissertações, dialogando com autores como Anjos(2017), Fernandes(2006) Matoan(2003), Oliveira(2017), Pinheiro(2010), Santos(2010). Através de uma análise os currículos dos cursos de licenciatura em Geografia e Pedagogia nas Instituições de Ensino Superior de Alagoas, percebeu-se que nos cursos de geografia não são trabalhados componentes curriculares que visem sobre o TDAH, trazendo em suas matrizes a Educação especial e inclusiva. O que resulta desta pesquisa é que os currículos dos cursos de geografia não auxiliam para que o profissional possa esta apto para trabalhar com a educação especial, uma vez que sua formação inicial não dispõem de metodologias específicas e adequadas para que o professor possa trabalhar com alunos diagnosticados com TDAH

Palavras chave: TDAH, Educação Inclusiva, Formação, Geografia.

ABSTRACT

The main purpose of this work is to dialogue on the importance of the formation of the geography teacher to act with pupils with ADHD, synthesizing how much it is important, the formation of this professional in the paradigms of the inclusive education and the necessity of this formation to work with the special education, to the time that is made analysis of the resume of the geography course, in order to know if in fact exists a proposal of formation of an apt professional for working front the these paradigms. The ways that had lead the research had been followed of documentary a bibliographical research and through the accomplishment of the reading of books, articles, dissertations, dialoguing with authors as Angels (2017), Fernandes (2006) Matoan (2003), Oliveira (2017), Pine (2010), Saints (2010). Through one it analyzes the resumes of the courses of degree in geography and pedagogy in the Institutions of Superior Education of Alagoas, perceived that in the geography courses they are not worked component curricular that they aim at on the ADHD, bringing in its matrices the special and inclusive education. what it results of this research is that the resumes of the geography courses do not assist so that the professional can this apt one to work with the special education, a time that its initial formation does not make use of methodologies specifies and adequate so that the teacher can work with pupils diagnosed with ADHD.

Key words: ADHD, Inclusive Education, Training, Geography.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1: Oferta de Educação Especial e Educação Inclusiva como componentes curriculares.....	34
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Matriculados por semestre em Estágio Supervisionado II	35
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CONCEITUANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	15
2.1. BASES LEGAIS.....	17
2.1.1. A Declaração de Salamanca	18
2.1.2. LBD.....	19
3. TDAH: DO DEFEITO AO TRANSTORNO	20
3.1. O QUE É O TDAH.....	20
4. CONVIVENDO COM O TDAH E SUAS IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR	22
4.1. O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO	24
5. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TDAH.....	26
5.1. COMPONENTES CURRICULARES NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	27
5.1.1. A Metodologia do Ensino de Geografia.....	27
5.1.2. O Estágio Supervisionado	29
6. O PROFESSOR DE GEOGRAFIA, O TDAH E A INCLUSÃO: ANALISANDO OS PPC'S.....	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva objetiva romper as barreiras que dificultam o acesso de estudantes com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular. E quando se trata de romper barreiras, não nos referimos meramente ao ato de aceitar os alunos na instituição escolar com suas diferenças, sejam elas quais forem, mas também ao fato de passarmos a entender que é preciso valorizar a diversidade e entendê-la como parte da condição do ser humano, dessa forma pensar numa educação de qualidade não só para alguns, mas para todos.

Embora a formação docente não seja o único aspecto importante a ser considerado para a consolidação dessa quebra de barreiras, diante dos paradigmas da educação Inclusiva não se pode deixar de ressaltar a importância da formação inicial dos professores, incluindo a formação do professor de geografia.

No entanto, o que se tem visto é que componentes curriculares que tratem sobre temas como Educação Inclusiva e Educação Especial não são ofertadas nos cursos de graduação para a formação do profissional na área da geografia, ficando restritas somente ao curso de Pedagogia.

Problematizar a formação inicial do professor de geografia frente aos paradigmas da educação inclusiva é pensar na importância de sua formação e seus saberes podendo refletir e questionar de que maneira o professor poderá atuar quando ele não dispõe de bases necessárias para exercer sua docência. Partindo desses pressupostos é necessário indagar: qual a importância da formação do professor de geografia no processo de inclusão, bem como questionar se as licenciaturas em geografia contemplam conhecimentos sobre educação inclusiva.

O referente trabalho aborda o seguinte tema: O papel do professor de geografia no processo de inclusão dos alunos com TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade): A importância da formação.

A principal finalidade deste trabalho é dialogar sobre a importância da formação do professor de geografia para atuar com alunos com TDAH, sintetizando o quanto é importante, a formação deste profissional nos paradigmas da educação inclusiva e a necessidade dessa formação para trabalhar com a educação especial, ao tempo que é feita análise do currículo do curso de geografia, a fim de saber se de

fato existe uma proposta de formação de um profissional apto para trabalhar frente a esses paradigmas.

O que justifica a relevância desta pesquisa é a necessidade de questionar a formação do professor de geografia, pois de acordo com Lima (2006) “Um docente que pensa em relação a sua formação não fica restrito a meros conhecimentos acadêmicos”.

Diante da falta de conhecimentos acadêmicos para trabalhar com a educação especial durante sua formação docente inicial, a formação continuada poderia ser uma alternativa para ajudar o professor de geografia a adquirir e aprimorar conhecimentos para que possa exercer com competência suas habilidades. Assim a consideramos de extrema importância, segundo Miranda e Galvão Filho (2012) “Sabendo que a educação é um direito de todos, a formação continuada representa um espaço-tempo de constituição e reflexão da ação educativa. É um espaço de potencialização das práticas pedagógicas”. No entanto, neste trabalho o que se propõe é discutir acerca da formação inicial do professor, ou seja, a formação que de se dá na graduação e como esta poderia e deveria fundamentar e subsidiar seu trabalho desde o primeiro contato com a educação especial.

O tema deste trabalho partiu de indagações que surgiram diante da experiência de trabalhar com alunos diagnosticados com o TDAH e das dificuldades enfrentadas nesse período em virtude da falta de conhecimento para atuar com a educação especial.

O desejo pela temática emergiu em meio à experiências vivenciadas enquanto professora de reforço escolar, o que ocorreu em paralelo à graduação em Geografia. Como professora do reforço escolar, foi possível conviver com muitos alunos, cada um com suas particularidades. Alunos calmos, agitados, conversadores, uns com mais facilidades que outros em aprender, desatentos, que não gostam de estudar, alguns aos quais rotulamos dos que vivem no mundo da lua. Cada um com sua singularidade apresentando ou não alguma deficiência na aprendizagem.

Em meio a essa diversidade, eis que surge o TDAH e junto dele o sentimento de insegurança, que advinha talvez, da falta de conhecimentos sobre o problema. Vários foram os questionamentos que surgiram, dentre eles, o que é

TDAH? Seria apenas algo relacionado somente a falta de atenção, um problema fácil de ser resolvido? Não sabia definir o que era o TDAH, acreditava que fosse algo simplório, relacionado à falta de atenção e de simples solução, não sabia que se tratava de um transtorno e que esse transtorno poderia acompanhar o indivíduo ao longo de toda a sua vida.

Em meio às dúvidas surgiu a frustração, de mesmo estando cursando uma licenciatura, não ter obtido conhecimentos prévios que facilitassem o trabalho com alunos portadores de TDAH. Diante dessas vivências foi possível atentar sobre a necessidade de aprimorar as práticas de ensino, aperfeiçoá-las, procurando novos caminhos para facilitar o ensino e aprendizagem. Dessa experiência surgiu então a proposta de realizar uma pesquisa que servisse de subsídio para demonstrar a importância de formar um professor preparado para melhor se colocar frente aos desafios da educação inclusiva desde sua formação inicial, por meio do aperfeiçoamento do currículo do curso.

Os caminhos que conduziram a pesquisa foram seguidos por uma abordagem indireta, através de uma pesquisa descritiva trazendo uma nova visão sobre a importância da formação do professor de geografia diante do processo de inclusão, e a importância da utilização de práticas pedagógicas para trabalhar com alunos com TDAH, com uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental.

A pesquisa bibliografia é de extrema importância porque é uma etapa fundamental para permitir a construção de um determinado projeto ajudando a sustentar e fundamentar as ideias que nele serão abordadas.

Para Treintaa et al. (2013, p. 4)

A exploração bibliográfica avançada nos motores de busca exige que sejam criadas diferentes estruturas de busca. Essas estruturas definem regras para a pesquisa dos artigos através de uma metalinguagem. A metalinguagem irá permitir que os mecanismos de busca interpretem de forma efetiva o desejo do pesquisador. No entanto, elas podem variar significativamente em função dos motores de busca utilizados, pois cada um possui características próprias e interpreta as estruturas de diferentes modos.

O presente trabalho foi organizado em sete capítulos. O primeiro capítulo, a introdução, onde o tema é apresentado de maneira sucinta, procurando esclarecer

os objetivos da pesquisa, bem como a metodologia utilizada. O segundo capítulo procura conceituar educação inclusiva ao tempo que aponta suas bases legais. O terceiro capítulo traz um diálogo sobre o TDAH, apresentando seu percurso de ao longo do tempo de maneira pontual. O quarto capítulo contextualiza o TDHA no ambiente escolar. No quinto capítulo a proposta é discutir a formação do professor sobre a perspectiva do currículo. O Sexto capítulo traz a análise dos dados pesquisados, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, com o contraponto dos currículos analisados. O sétimo e último capítulo traz as considerações finais da pesquisa.

2. CONCEITUANDO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A palavra “Educação” é definida como o ato de educar, sendo caracterizada como o processo de formação de ensino e aprendizagem, já a palavra “Inclusão” é definida como o ato de adicionar, integrar algo ou alguém dentro de uma sociedade. Dessa seguinte maneira é mais fácil compreender o que significa o termo Educação Inclusiva.

A Educação Inclusiva é definida como um processo que garante a participação, de estudantes portadores de deficiência ou não, nos estabelecimentos de ensino regular, para que eles possam participar do processo de ensino e aprendizagem sem nenhum tipo de discriminação garantindo o direito de todos à educação.

A educação inclusiva permite o acesso à igualdade onde todos os estudantes possam ter as mesmas oportunidades, garantindo-se condições para que possam superar as desigualdades sociais no ambiente escolar possibilitando a construção de sua cidadania.

De acordo com Mantoan (2003, p.12) “A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando”, sendo assim é necessário desenvolver um sistema educacional inclusivo que acolha e não exclua os alunos portadores de necessidades educacionais especiais, pensando em possíveis possibilidades para combater a exclusão.

A construção do ensino regular diante dos paradigmas educacionais deve respeitar o desenvolvimento da capacidade humana, de forma que atenda às necessidades educacionais especiais do aluno com o objetivo de proporcionar e contribuir garantindo uma melhor aprendizagem, ou seja, garantir o direito a educação promovendo o desenvolvimento do aluno para que ele se construa como um ser social capaz de aprender e ser reconhecido como um cidadão independentemente de suas limitações.

Verdadeiramente a inclusão só acontecerá quando existir um pensamento coletivo, no qual deva ser deixado de lado as diferenças e cada um aceitar o outro de acordo com suas limitações, onde os estudantes portadores de necessidades educacionais especiais possam ser inseridos no processo educacional sem serem excluídas do processo de aprendizagem.

A discussão sobre a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais no âmbito educacional ocasiona várias reflexões. O aluno não precisa ir somente à escola e frequentar uma sala de aula, é necessário que ele seja atendido de acordo com suas necessidades para que possa participar igualmente junto aos demais alunos não portadores de necessidades educacionais especiais para que haja o processo de inclusão e que ele não se sinta diferenciado dos demais.

Um grande desafio da nova forma de ensino, requer um intenso trabalho de conscientização da necessidade da integração do portador de necessidade especial na escola regular e o desenvolvimento de um programa de conscientização não só dos professores, mas com os pais e demais funcionários da escola.

A escola como um todo deve estar consciente de seu papel no processo de integração e não apenas se sensibilizar com determinada limitação, mas sim fazer com que funcione de fato a inclusão e que o aluno adquira conhecimentos de uma maneira mais simples possível.

Para que cada escola possa melhorar o seu trabalho possibilitando que aconteça um ensino de qualidade e inclusivo, é necessário repensar a escola dentro e um novo contexto social, repensar como serão colocadas em práticas as políticas pedagógicas educacionais, talvez só assim a educação inclusiva tornar-se-ia um instrumento necessário para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Até o século XVI não era oferecido um atendimento educacional às pessoas portadoras de necessidades especiais. Os portadores eram vistos como pessoas incapazes sendo excluídos da sociedade principalmente da vida escolar. Corcine (2016, p.7) É no “início do século XX, surgem as escolas e as classes especiais dentro das escolas públicas, visando oferecer ao deficiente uma educação diferenciada”, ou seja é no século XX que inicia a concepção de atendimento as pessoas com deficiência.

Porém ainda é uma grande dificuldade colocar em prática as políticas de inclusão educacional, transformar escolas regulares em escolas que atendam o portador de necessidade especial sem nenhum tipo de discriminação podendo valorizar as diferenças, acabando com as barreiras que dificultam a aprendizagem proporcionando a participação com igualdade de oportunidades.

Vivemos em uma sociedade que rotula, marcadas por regras nem sempre coerentes, preconceitos e que faz julgamentos e questionamentos incoerentes, uma sociedade que exclui principalmente os portadores de necessidades especiais.

É necessário tentar compreender de que forma o professor poderá trabalhar com o aluno portador de necessidades educacionais, qual recurso didático pedagógico irá utilizar, diante das dificuldades encontradas e da falta de material que as escolas não dispõem, porque segundo Anjos (2017) “há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferentes conotações que a inclusão possa assumir. Uma das grandes dificuldades é encontrar professores qualificados ou treinados para bom desempenho frente à realidade encontrada”.

Um grande desafio para as escolas é cumprir com eficiência as propostas de inclusão na qual se possa desenvolver um trabalho visando uma educação para todos. Alunos com deficiência física, sensorial, mental seja lá qual for o tipo de necessidades devem frequentar as escolas podendo conviver ao lado de crianças que não apresentam nenhum tipo de deficiência, o que dificulta o processo de inclusão é a deficiência do preconceito e da falta da aceitação do próximo como ele é. É importante atentar ao fato de que, Mantoan (2003, p.32)

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Ou seja, a inclusão em si já é inovadora, implicando em inovação tanto nas ferramentas que auxiliam no processo de aquisição do conhecimento, na assimilação dos conteúdos, bem como e principalmente na maneira de ver o aluno, para que de fato venha a ser o processo que garanta a participação de todos.

2.1. BASES LEGAIS

Diversas leis fundamentam a educação inclusiva, contribuindo com as políticas de educação especial.

A constituição Federal de 1988 contribuiu para formular e avaliar políticas nacionais da educação. Essa constituição possibilitou que pessoas com deficiência pudessem ser inseridas nas escolas tanto da rede pública quanto da rede privada. Atitudes de exclusão como, recusar, suspender, adiar, cancelar ou acabar com o direito do aluno poder realizar sua matrícula devido a sua deficiência, de acordo com esta constituição, é crime. E o infrator será penalizado ao violar qualquer direito. Promover o bem de todos, livrar-se de preconceitos independente de raça, cor, sexo, idade, são direitos dispostos de acordo com a Constituição Federal à pessoa com deficiência, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência nas instituições de ensino regular, permitindo que o portador de deficiência possa ter acesso a qualquer nível de ensino.

2.1.1. A Declaração de Salamanca

De acordo com Magalhães (2013, p.3), “A Declaração de Salamanca redimensionou a educação especial para que seu alunado seja respeitado e que sua ação seja focada de nova forma”.

A Declaração de Salamanca foi um documento resultante da conferência mundial realizada na Espanha no ano de 1994, que tinha por objetivo trazer mudanças no cenário da educação sobre princípios, políticas e práticas em educação especial onde todas as escolas pudessem incluir as crianças no sistema de ensino regular independente das dificuldades que ela apresentasse, possibilitando à todas o direito de aprenderem juntas, livre de segregação, discriminação e preconceito, promovendo a inclusão.

A declaração de Salamanca possibilitou um grande avanço na legislação da educação inclusiva, quando se propunha garantir o direito a uma educação igualitária, inclusiva e de qualidade para pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais possam estar inseridas no sistema de ensino regular de maneira igualitária independente das limitações que apresentem. É considerada como um dos principais documentos que visam à inclusão social.

Esse documento enfatiza que toda criança tem direito e necessidade de aprendizagem, crianças com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escolas de ensino regular e que estas escolas possam estar aptas para receber estas crianças promovendo métodos que ajudem no processo de

aprendizagem. Salientando que a realidade das crianças que necessitam de atendimentos especiais era outra antes da Declaração de Salamanca.

Ainda no ano de 1994 a primeira versão da Declaração de Salamanca foi traduzida e disponibilizada no Brasil. O Brasil foi um dos países que assumiu o papel em proporcionar o processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais a serem inseridas nas escolas regulares, propondo que as escolas deveriam se capacitar para atender as necessidades de cada criança de acordo com suas limitações.

2.1.2. LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 define e regulariza a organização da educação brasileira. Criada com o objetivo de garantir educação gratuita e de qualidade à todos, valorizando os profissionais da educação sendo de fundamental importância para que pudesse ocorrer as mudanças na educação brasileira, possibilitando a consolidação de medidas que ampliaram o acesso e melhorando o financiamento de ensino no Brasil, disciplinando a educação e orientando os princípios de funcionamento da educação.

A LDB é a lei brasileira mais importante quando se refere à educação. Para os efeitos desta lei o Art. 58 classifica a educação especial como uma modalidade de educação escolar que deve ser preferencialmente ofertada na rede regular de ensino para atender os alunos portadores de necessidades especiais com o apoio especializado atendendo os alunos diante de suas particularidades.

3. TDAH: DO DEFEITO AO TRANSTORNO

Disfunção Cerebral Mínima, síndrome Infantil da Hiperatividade, Perturbação do controle moral eram algumas das denominações atribuídas ao TDAH. Só na década de 70 que o defeito como era conhecido antigamente passa a ser denominado como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Na concepção do Pediatra Still as crianças que apresentavam a desatenção e hiperatividade possuíam um defeito no controle moral se referindo à capacidade da criança em controlar seu comportamento. Still acreditava que comportamentos estranhos, atos cruéis, criminosos, ilegais estavam relacionados a um defeito decorrente de uma doença cerebral aguda.

Em 1902 o TDAH foi descrito oficialmente pelo Pediatra inglês George Still que ofereceu bases clínicas para o diagnóstico do TDAH. Na análise de Pinheiro (2010) o percurso histórico foi bastante longo até chegar à definição que é hoje.

De acordo com novas descobertas e estudos o TDAH deixou de ser considerado um defeito da região central do cérebro passando a ser considerado um transtorno neurobiológico. Segundo Pinheiro (2010) “Hoje o TDAH é definido como um transtorno neurobiológico que acontece em crianças, adolescentes e adultos, independente de país de origem, nível sócio-econômico, raça ou religião”.

Como é possível perceber, a história do TDAH é marcada pelo preconceito, a princípio pode parecer apenas uma mudança de nomes, de defeito para transtorno, mas na verdade isso se constitui de certo modo como um avanço.

3.1. O QUE É O TDAH

TDAH é uma abreviação utilizada para se referir ao Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade. Para o Instituto Paulista de Déficit de Atenção (IPDA) o TDAH é “um problema crônico que afeta as funções cerebrais, tendo início na infância, podendo acompanhar a pessoa durante toda a sua vida, podendo se apresentar de múltiplas formas, em diferentes graus de intensidade”. Definido também como um transtorno de base orgânica. Em sua origem, estão alterações no funcionamento normalmente esperado de uma parte muito especial do organismo o cérebro um órgão essencial que atua no controle das funções do nosso corpo.

Oliveira (2017) define o TDAH como um distúrbio do neuro desenvolvimento infantil, onde os transtornos relacionados à aprendizagem em crianças que são diagnosticadas com TDAH são identificados devido ao fato de que a atenção é de suma importância para a aprendizagem na fase de aquisição e desenvolvimento de linguagem.

Ainda não existe algo que realmente comprove e explique a principal causa desse transtorno que se manifesta de várias formas e com vários graus de intensidade.

Fatores relacionados à hereditariedade, uso de drogas, consumo de álcool e fumo durante a gestação como também problemas familiares de acordo com a Associação Brasileira de Déficit de Atenção podem contribuir para o surgimento do TDAH.

De acordo com a cartilha elaborada pela Associação Brasileira de Déficit de Atenção (ABDA), publicada em 10 de maio de 2017, o TDAH é definido da seguinte forma:

O TDAH é um transtorno neurobiológico, com grande participação genética (isto é, existem chances maiores de ele ser herdado), que tem início na infância e que pode persistir na vida adulta, comprometendo o funcionamento da pessoa em vários setores de sua vida, e se caracteriza por três grupos de alterações: hiperatividade, impulsividade e desatenção.

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade de acordo com Andrade (2006), é caracterizado pela falta de atenção, concentração e pela diminuição do autocontrole do indivíduo, ocasionando mudanças em seu comportamento e na sua aprendizagem.

O TDAH é considerado um transtorno mais comum em crianças e adolescentes. Impulsividade, desatenção e hiperatividade, são sintomas que caracterizam esse transtorno. Um fator importante sobre o TDAH é que nem sempre ele apresenta o sintoma de hiperatividade, mas as crianças que apresentam o TDAH são consideradas inquietas, estão sempre em movimento, desatentas, quase sempre hiperativas, agindo por compulsão, apresentam grande dificuldade de se manter concentradas em determinadas atividades.

4. CONVIVENDO COM O TDAH E SUAS IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR

A escola não é somente mediadora de conhecimento, ela também tem a função de promover a socialização atuando na formação moral dos alunos.

Oliveira (2017, p.3), ressalta que:

A escola possui um papel importantíssimo para a erradicação da exclusão presente nela mesma, e necessita estar em constante processo de modificação da realidade presente, pois desde os seus primórdios, acaba por evidenciar as diferenças e excluir o diferente, o menos favorecido.

As escolas precisam urgentemente acabar com a exclusão, precisam aprender a valorizar o respeito e o direito de cada um. Como acolhedora a escola tem a função de acolher o aluno independentemente de sua condição social, sexo, raça e cor, inseri-los no contexto educacional, respeitando e valorizando as diferenças.

Anjos (2017, p.1) afirma que “a escola, enquanto responsável na formação do indivíduo, precisa acompanhar as mudanças da sociedade”. Diante desta afirmação é essencial que a escola acompanhe as mudanças que promovam o processo de inclusão para que seu papel enquanto acolhedora não seja questionado. Pois, é necessário que as escolas se adequem as novas mudanças para que possam inserir o aluno de acordo com o novo contexto educacional facilitando a inclusão para não promover de fato a exclusão.

Segundo Mantoan (2003,p.12)

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Para que a escola possa melhorar seu trabalho proporcionando um ensino de qualidade e promova de fato a inclusão, será necessário pensar às propostas educacionais dentro de um novo contexto social, pensar em uma escola inclusiva, que rompa as formalidades que dificultam o processo de inclusão, promover

mudanças no cenário educacional, ou seja, promover um sistema de ensino que atenda a todos de maneira igualitária. Os formalismos, só serão rompidos a partir do momento em que as escolas comecem a fluir sanando as rupturas na sua estrutura organizacional.

De acordo com Oliveira (2017), mesmo “afetando as áreas da cognição, o TDAH intensifica as dificuldades de aprendizagem, mas não impede a função cognitiva”. Para ajudar o aluno no seu desenvolvimento cognitivo, o professor precisa dispor de meios eficazes que o ajudem a superar as barreiras que impedem e dificultam sua aprendizagem. Trabalhar somente com conceitos não é suficiente para atuar com alunos portadores de TDAH.

As escolas não devem somente receber os alunos de acordo com o princípio da inclusão-exclusão, vendo o aluno como mais um elemento que faz parte da escola. Como é papel da escola acolher a todos de forma justa e igualitária, então cabe a escola receber o aluno fazendo valer seu direitos, adequando suas práticas pedagógicas de forma a atender as necessidades apresentadas por esses alunos.

Mantoan (2003, p.13) afirma que “os sistemas de ensino dividem os alunos em categorias, diferenciando-os em normais e deficientes, classificando as modalidades de ensino em regular e especial.” Partindo deste ponto de vista, para que ocorra o processo de inclusão é necessário transformações e mudanças nas escolas para que a mesma possa oferecer aos seus estudantes uma qualidade de ensino a que tem direito.

“A criança com TDAH já chega ao ambiente escolar com os sintomas, porém é lá que partes deles vai se acentuar principalmente por ocasionarem prejuízos no estudo e interação”.(FRAUCHES, AZEVEDO e ALCANTARA, 2017). Sendo assim é necessário que o professor observe o comportamento do estudante e como não é sua da sua função não cabe a ele levantar diagnósticos e sim junto com a equipe pedagógica e os pais procurar soluções para ajudar o aluno.

Por isso é importante pensar e rever a formação do professor diante da educação especial. Promover meios para que os alunos com TDAH possam ser inseridos no sistema de ensino regular e que suas necessidades educacionais possam ser atendidas.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº9394 promulgada em 20 de Dezembro de 1996, a educação é um direito de todos e em todas as

esferas administrativas o poder público deve assegurar o acesso ao ensino obrigatório.

4.1. O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Santos (2010) afirma que “a inclusão é concebida como uma forma de vida, uma maneira de viver juntos, baseada na crença de que cada indivíduo é valorizado e pertencente ao grupo”.

Incluir não é somente introduzir, é permitir a participação do aluno como um ser social, capaz de agir, pensar. Incluir é fazer com que cada indivíduo faça parte de um grupo e possa ter acesso ao conhecimento.

Ser professor não é somente ensinar, educar, ajudar, orientar. Ser professor é ser companheiro, é aceitar o outro como ele é, é estar preparado para aceitar as diferenças compreendendo que cada um é um ser único. Ser professor é gostar do que faz sentir-se orgulhoso na sua trajetória como um ser socializador.

Para Fernandes (2006) “O papel do professor neste contexto social é de fundamental importância já que sua ação mediadora é imprescindível para a formação de culturas inclusivas no contexto social”. Então cabe ao professor estar preparado para trabalhar com a educação inclusiva, conscientizar-se do seu papel como mediador do conhecimento. Porém existe um despreparo, uma falta de qualificação dos professores para trabalhar com alunos especiais, não só dos professores como de toda a equipe pedagógica. Pela falta de qualificação e de conhecimentos, dificuldades serão apresentadas por esses profissionais no o processo de mediação do conhecimento.

Anjos(2017, p.1), aborda esta temática da seguinte maneira:

“Ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferentes conotações que a inclusão possa assumir”. Uma das grandes dificuldades é encontrar professores qualificados ou treinados para bom desempenho frente à realidade encontrada. Necessita-se de elementos humanos que além de seus conhecimentos tenham dedicação e amor para desempenhar esta missão, capazes de suprir as carências afetivas e emocionais dos alunos, resgatando sua auto-estima e tornando-o membro participativo na sociedade”.

Aliás, um grande problema que afeta os professores não é somente a falta de qualificação para trabalhar com o processo de inclusão é a falta de recursos como materiais didáticos, propostas pedagógicas, falta de infraestrutura das escolas para receber um aluno portador de necessidades educacionais especiais.

Para trabalhar com a educação inclusiva é necessário que o professor esteja realmente preparado para essa nova realidade, precisando ter uma mente aberta e livre de preconceitos, onde ele valorize as diferenças e aceite as limitações de cada aluno. Porque diante deste contexto de inclusão é necessário que o professor estimule o aluno a se sentir capaz de superar qualquer obstáculo que dificulta o seu processo de aprendizagem.

Trabalhar com aluno portador de necessidades educacionais especiais não é tão simples. Sabemos que a função do professor é transmitir e facilitar o acesso ao conhecimento, sendo assim é necessário que o professor aprimore e adequar meios que facilitem a transmissão dos saberes, promovendo metodologias específicas e adequadas para cada criança e acima de tudo para que o trabalho possa fluir e dar resultados será necessário que o professor na sua docência veja o aluno com outros olhos, o veja como uma pessoa que tem limitações e acima de tudo que ele tem capacidades.

Outro fator importante que não pode ser esquecido é o respeito e aceitação do próximo, aceitação porque somos diferentes, cada um é um ser único dotado de competências, habilidades e limitações e respeito porque sem ele nada funciona realmente.

5. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM TDAH

Embora não seja do professor a responsabilidade de diagnosticar o TDAH nos alunos, muitas vezes este tem um papel fundamental no diagnóstico da criança ou adolescente, segundo KURDT(2013) “Embora a criança portadora de TDAH apresente os sintomas no ambiente familiar, estudos apontam que é a partir da entrada da criança na escola que se observa maior consciência do problema”, assim sendo a importância do olhar cuidadoso do professor diante das características do aluno afetado pelo transtorno pode levar ao encaminhamento do problema à família ou ao profissional habilitado para o tratamento, considerando que o professor poderá observar características do transtorno antes mesmo do que os familiares. Entendendo que o diagnóstico é um dos pontos primordiais, diria até que é o ponto de partida de um trabalho com maiores possibilidades de sucesso no ambiente escolar, uma vez que contribui para afinar a forma de olhar do professor, fazendo com que o aluno não sofra com rótulos, estigmas que surgem da falta de conhecimento a cerca do problema em questão, o professor estar preparado para olhar de maneira diferenciada para o aluno com TDHA é fundamental.

Obter a confirmação por meio de um profissional habilitado de que o aluno realmente sofre com o TDAH, pode evitar que ela seja visto como mais um aluno indisciplinado e desatento. No entanto, o diagnóstico não é o suficiente, pois o sucesso do aluno dependerá também de um conjunto de fatores associados, dos quais neste momento destacamos a forma de trabalho do professor.

Para se trabalhar com um aluno portador de TDAH, o professor enfrenta grandes desafios, pois além de auxiliá-lo no processo de aquisição da aprendizagem de maneira muito específica a fim de facilitar o seu bom rendimento, do mesmo modo terá que se preocupar com o restante da turma. Assim terá que buscar estratégias que entrem em harmonia com o diagnóstico do aluno, que propiciem seu desenvolvimento na escola.

Nesse contexto seria impossível não falar da importância da formação do professor, entendo que quanto mais abrangente esta seja, maior o leque de possibilidades para o trabalho dele em sala de aula. Quando se fala em formação é preciso deixar claro que a entendemos como algo que está a se fazer

continuamente, ou seja, a formação do professor é algo que se dá de maneira contínua.

No entanto, muitas vezes o professor não terá nem tempo para se aperfeiçoar, pois corre o risco de que em seu primeiro contato com a sala de aula ele se depare com alunos com NEE, visto o percentual considerável de alunos nesse conjunto específico, por isso destacamos aqui a importância da formação inicial do professor. Falando especificamente do TDAH, faz-se necessário que o professor tenha conhecimento sobre o transtorno, para que possa buscar estratégias coerentes de ensino.

5.1. COMPONENTES CURRICULARES NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA SOB A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao se pensar numa proposta curricular de um curso de graduação, está se pensando no profissional que se deseja formar. Dessa forma os componentes curriculares deverão fomentar não só a teoria, mas também a prática, se o desejo é formar um professor que atenda às demandas da educação inclusiva será necessário que os componentes curriculares sejam fieis aos seus paradigmas.

5.1.1.A Metodologia do Ensino de Geografia

Metodologias são importantes na prática de ensino, são fundamentais para realizar determinados objetivos, sem elas não é possível sistematizar os conhecimentos que serão aplicados.

De acordo com Barbosa (2018, p.2)

A disciplina de Metodologia do Ensino de Geografia é uma etapa fundamental no processo de formação do professor de Geografia. É nessa disciplina que unimos os conceitos teóricos da ciência geográfica e sua aplicação na Educação Básica. Aprender Geografia, para além do senso comum, é uma atividade desafiadora. Apesar de transcorrido muito tempo de sua inserção na escola, ainda buscamos legitimá-la como ciência interpretativa do espaço e sua importância na formação dos alunos.

De acordo com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de geografia este componente curricular contextualiza e constitui a história da geografia tanto enquanto ciência quanto como disciplina escolar, trazendo conceitos, categorias e temas que norteiam o estudo da geografia, discutindo os pressupostos teóricos e práticas que poderão ser utilizadas para selecionar os conteúdos a serem trabalhados nas propostas curriculares tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio.

Uma questão a ser levada em consideração é a formação do professor na área da geografia, diante da educação especial. Como unir os conceitos teóricos à prática diante da falta de informação e conhecimentos para atuar com a educação especial, é uma questão a ser discutida. Exercer a docência diante dos paradigmas da educação inclusiva é um exercício a ser pensado e questionado. Porque diante deste contexto dúvidas e questionamentos surgem perante as dificuldades em trabalhar com a educação especial. Como torna-se difícil trabalhar com alunos com TDAH quando não se tem conhecimento sobre o assunto e não se tem bases necessárias para atuar com este aluno.

O TDAH tão próximo e ao mesmo tempo distante. Distante porque faltam metodologias para atuar, e próximo porque se faz presente na realidade de ensino.

Alunos com TDAH apresentaram dificuldades para realizar suas atividades escolares em sala de aula devido ao transtorno afetar sua área cognitiva dificultando seu processo de aquisição de conhecimento. É bem possível que os professores tentem usar metodologias que não darão resultados, é provável que tentem corrigir o comportamento destes alunos sem obter êxito. Ao se questionar sobre o uso de certas metodologias podem indagar porque com determinado aluno deu certo e aquele não. Será necessário criar maneiras que facilitem o aprendizado para a obtenção de resultados mais expressivos não esquecendo que cada estudante tem seu tempo para assimilar os conteúdos.

O professor poderá sentir a necessidade em conversar com os pais dos alunos, partindo de uma curiosidade em tentar compreender os motivos que levam a determinados tipos de comportamento. Porque é de extrema importância a participação dos pais no processo do desenvolvimento escolar de seus filhos e que em conjunto com os professores possam garantir um melhor processo na aprendizagem. Quando pais e professores não trabalham em conjunto dificulta o

desenvolvimento da criança principalmente quando a criança apresenta algum tipo de limitação.

Antes de tudo é necessário que os pais conversem com os professores sobre as determinadas limitações que os filhos apresentam para que possa facilitar a troca de conhecimento entre o aluno e o professor, pois os pais também são mediadores e peças fundamentais no desenvolvimento da criança.

Os pais jamais devem omitir qualquer tipo de informação sobre os filhos e muito menos ter vergonha em esclarecer as limitações apresentadas por eles, porque a omissão ou a vergonha atrapalhar o seu desenvolvimento. Porém, quando os pais desconhecem as reais dificuldades apresentadas pelos filhos ou se omitem a aceitar qualquer problema, caso os professores percebem algo diferente no ambiente escolar, cabe a ele ser o mediador em conversar com esses pais para que juntos possam procurar soluções para melhorar o desenvolvimento e aprendizagem da criança. A conversa possibilitara construir um elo importantíssimo com os pais, um canal de comunicação.

Aos poucos o professor irá compreender essa nova realidade. Cabendo a ele procurar também compreender o que limita na aprendizagem do aluno, não deixando somente para o professor especialista atuar sozinho. Tentar compreender e não rotular o aluno também é uma ótima estratégia para o exercício da inclusão, sem que haja discriminação e preconceito diante das diferenças. Porque todo estudante necessita de atenção e compreensão por parte dos professores, pais e demais pessoas que participam de sua vida social e escolar.

5.1.2. O Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado é um componente curricular exigido pela LDB- Leis de diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96. Porém, bem mais do que uma exigência legal, o estágio supervisionado proporciona ao graduando um contato direto com a realidade do cenário escolar, que tantas vezes é marcado pelo formalismo e a homogeneização, características que por sinal, não condizem com a proposta de educação inclusiva.

Para Bernardy e Teixeira (2012) o estágio é um momento singular pois, “esta prática é o primeiro contato que o futuro professor terá com seu futuro campo de

atuação”. Este componente dá a oportunidade ao estudante durante sua formação acadêmica ter o contato direto com os alunos, podendo vivenciar a prática docente.

É neste momento que o graduando poderá vivenciar a realidade do sistema educacional, porém de uma forma não muito abrangente. Mas poderá ter uma noção de como funciona o sistema de ensino diante das formalidades e dos paradigmas da educação inclusiva e vivenciar a prática docente.

O contato com o discente será de extrema importância para que ele possa colocar em prática os seus saberes. Ainda é neste momento que ele poderá vivenciar a realidade dos alunos no sistema de ensino, podendo observar o comportamento de cada estudante e como eles associam os saberes.

Ainda de acordo Bernardy e Teixeira (2012) o Estágio Supervisionado é muito importante para a aquisição da prática profissional, pois durante esse período o aluno pode colocar em prática todo o conhecimento teórico que adquiriu durante a graduação, ou seja, durante o estágio o graduando terá a possibilidade de promover um diálogo entre os referenciais teóricos utilizados para sua formação e a prática da educação escolar.

O estágio supervisionado se faz presente durante a formação do graduando de geografia em momentos como a observação e a regência.

Durante o período de observação, além de observar as metodologias aplicadas pelo professor regente, o graduando também deve observar o comportamento e as atitudes dos alunos que estão compondo a sala de aula. Pois já é nesse momento que começa as experiências com as diferenças, começam as vivências que despertam curiosidades e questionamentos sobre as práticas pedagógicas, começando a pensar em maneiras mais práticas para atuar como docente, deixando de lado as formalidades, os tradicionalismos.

Em se tratando de educação inclusiva, se o referencial teórico trabalhado até o momento do estágio, não abrange aspectos importantes que que fomentem esse diálogo teoria versus prática, o graduando perde a oportunidade de observar com olhar crítico diversas situações que ocorrem no ambiente escolar. Tornando difícil verificar às práticas e recursos pedagógicos disponíveis aos alunos de maneira a avaliar esses pontos como adequados ou não para promoção de uma educação inclusiva.

Durante o período de regência inicia a prática da docência, momento para colocar e explorar os conhecimentos unindo-os as teorias. Neste momento é cabível ao graduando observar de que forma os alunos conseguem assimilar os conhecimentos. O graduando poderá vivenciar uma nova realidade durante o estágio, percebendo que seus conhecimentos precisam ser aprimorados, quando ele começa a observar a realidade ao seu redor.

Delgado e Ricardo (2018) “É comum que estagiários fiquem inseridos na sala de aula com alunos com necessidades educacionais especiais”. Partindo desta afirmação é importante pensar nas dificuldades encontradas pelos estagiários na área da geografia em atuar com estes alunos quando normalmente estão desprovidos de conhecimentos para atuar com a educação especial se tornando um grande desafio em exercer a prática docente, pois no momento da realização da regência o estagiário apresentara dificuldades por não dispor de nenhum conhecimento voltado a educação inclusiva e educação especial.

Ou seja, para que o estágio de fato cumpra seu papel é necessário que sejam trabalhados conteúdos que fomentem a atuação do graduando para exercer a observação de modo consciente e crítico, de maneira que aspectos importantes não passem despercebidos pelo seu olhar, como também para que a regência seja a oportunidade de experimentar propostas metodológicas adequadas aos paradigmas da educação inclusiva.

E que, além disso, durante a realização do estágio o graduando comece a despertar sobre os novos desafios propostos pelo sistema de ensino e venha a pensar e dar maior importância para a sua formação profissional.

6. O PROFESSOR DE GEOGRAFIA, O TDAH E A INCLUSÃO: ANALISANDO OS PPC'S

É importante respeitar as diferenças, pois o respeito é fundamental para favorecer as relações. Ser professor vai muito mais além do que exercer uma profissão. Ser professor é poder ensinar, compartilhar informações e conhecimentos, é mostrar caminhos que ajudem o aluno crescer como um ser social.

O professor de geografia auxilia o aluno a compreender o espaço geográfico organizado pela sociedade. Enquanto educador ele é fundamental para a transmissão dos saberes para que possa construir sua aprendizagem.

Se por um lado é um dever do professor, aprimorar suas didáticas de ensino, porque para que a inclusão aconteça todos devem ter consciência que as diferenças existem, sendo o professor o facilitador que ajudará a criança a romper as barreiras que dificultam o seu desenvolvimento no processo de aprendizagem, o socializador, o principal elemento que promoverá o processo de inclusão permitindo que a criança compreenda que ela é um ser social transformador do espaço em que vive. Por outro lado, a introdução de componentes curriculares nos cursos de graduação na área de geografia abordando temas relacionados à educação inclusiva e educação especial é de fundamental importância para preparar o professor para atuar com alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais.

Então por que os componentes curriculares com temas relacionados à educação inclusiva e educação especial compõe somente o quadro de disciplinas do campo da pedagogia? A realidade do sistema educacional é que não só o docente formado na área da pedagogia atua com alunos com TDAH, professores também de geografia bem como de outras áreas, se deparam com essa realidade.

Não só o professor formado em pedagogia, mas também o profissional formado em geografia irão conviver com alunos calmos, agitados, conversadores, uns com mais facilidades que outros em aprender, desatentos, que não gostam de estudar, alguns ao qual são rotulados como bagunceiros, perturbadores, crianças com transtornos, síndromes, deficiência, cada um com sua particularidade, crianças precisando ser incluídas no sistema de ensino regular e diante desta situação não é conveniente ter profissionais despreparados.

Mais uma indagação deve ser feita em relação à formação do professor de geografia, pois é necessário atentar sobre a organização dos componentes

curriculares que preparam o docente para exercer sua profissão. Será que esses componentes atendem a essa expectativa de formação?

Observando os currículos de formação de professores do curso de licenciatura em geografia das instituições públicas como a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), há uma ausência de componentes curriculares que discutem a importância de trabalhar com a educação especial.

Basicamente as propostas dos cursos ofertados visam apenas formar profissionais capazes de compreender e interpretar o espaço geográfico.

A disciplina de libras é ofertada no curso de Geografia, porém como componente curricular não possibilita a vivência direta e a prática do ensino em geografia.

Partindo desta análise, Magalhães (2013,p.1), destaca que:

Ainda, o que se tem percebido em grande parte das universidades brasileiras, é que a necessidade de se debater sobre a formação de professores e as questões curriculares tem provocado movimentos a que as políticas públicas educacionais coloquem em pauta e incorporem tais proposições. A falta de disciplinas obrigatórias sobre educação especial para a formação de professores na contramão à demanda crescente de alunos que possuem algum tipo de deficiência.

Diante das dificuldades impostas pela falta de preparação da docência em trabalhar com a educação especial, vale destacar a importância do professor especialista que dá suporte aos professores generalistas para que possam atuar com as diferenças diante a sua falta de formação adequada.

Foram analisadas as propostas curriculares dos cursos de Licenciatura em Geografia e de Pedagogia ofertados pelas instituições públicas de ensino superior do estado de Alagoas a fim de identificar componentes curriculares voltados a discutir aspectos da educação especial e da educação inclusiva nestes currículos. No entanto, confrontando os projetos pedagógicos de cursos ou PPC's, na área de geografia e pedagogia foi possível notar que disciplinas como Educação Inclusiva e Educação Especial são apenas componentes curriculares do curso de Pedagogia. O quadro a seguir demonstra as ofertas dessas disciplinas na Universidade Federal de Alagoas – UFAL e na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL.

Quadro 1: Oferta de Educação Especial e Educação Inclusiva como componentes curriculares.

IES-CURSO	DISCIPLINA	
	Educação Especial	Educação Inclusiva
Geografia Licenciatura UFAL- Campus do Sertão	Não Ofertada	Não Ofertada
Geografia Licenciatura UFAL – Campus A C Simões	Não Ofertada	Não Ofertada
Geografia Licenciatura UNEAL – Campus I	Não Ofertada	Não Ofertada
Geografia Licenciatura UNEAL – Campus III	Não Ofertada	Não Ofertada
Geografia Licenciatura UNEAL – Campus V	Não Ofertada	Não Ofertada
Pedagogia Licenciatura UFAL – Campus do Sertão	Ofertada	Não Ofertada
Pedagogia Licenciatura UFAL – Campus A C Simões	Ofertada	Não Ofertada
Pedagogia Licenciatura UFAL – Campus Arapiraca	Ofertada	Não Ofertada
Pedagogia Licenciatura UNEAL – Campus I	Não Ofertada	Ofertada
Pedagogia Licenciatura UNEAL – Campus II	Não Ofertada	Ofertada
Pedagogia Licenciatura UNEAL – Campus III	Não Ofertada	Ofertada
Pedagogia Licenciatura UNEAL – Campus V	Não Ofertada	Ofertada

Fonte: Páginas de Internet Oficiais das instituições citadas.

Os PPC's do curso de Pedagogia ofertam ainda, uma disciplina voltada aos saberes geográficos. Diferente do curso de Geografia, a Pedagogia visa formar profissionais aptos para exercer a prática docente além de atuar nas ações pedagógicas do espaço escolar. Enquanto o professor de geografia fica destinado a exercer sua docência apenas como mediador dos saberes geográficos.

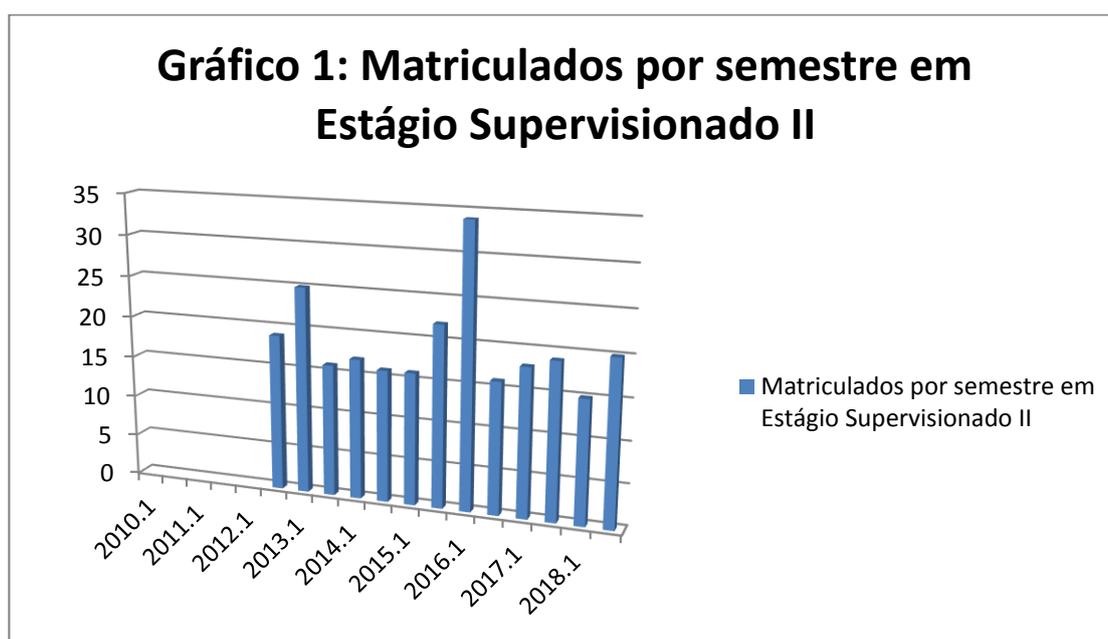
Outro documento consultado foi o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFAL, nele figura como um dos objetivos, promover a inclusão e acessibilidade, demonstrando a preocupação em acolher e possibilitar a permanência dos graduandos portadores de deficiência e NEE's. Porém essa mesma preocupação deveria ser estendida para além dos muros da Universidade, ou seja, seria importante preocupar-se também com o modo que os formados irão se portar diante dessas mesmas questões durante sua atuação profissional. O compromisso com a inclusão não deve ser apenas um registro num documento para atender uma questão legal/burocrática, mas para que os egressos possam assumir uma postura inclusiva, é necessário fomentar a construção de um pensamento que

seja condizente com os paradigmas da Educação Inclusiva, só assim formar um profissional apto para atender os seus objetivos.

Fomentar a formação implica em trabalhar conteúdos que tragam a tona temas que discutam os paradigmas da educação inclusiva, aliados à práticas que promovam experiência nesta área. O que se vê, no entanto, é que tanto nos cursos de Geografia da UFAL, como nas demais IES pesquisadas, não existem componentes curriculares voltados para a discussão dessa temática, conforme demonstrado no Quadro 1.

Mais especificamente no Campus do Sertão apenas a disciplina Estágio Supervisionado II, traz na ementa um ponto sobre Educação Especial, porém ao analisarmos os planos dessa mesma disciplina, não identificamos nenhum conteúdo dentre os que foram trabalhados, que tenha ligação com a Educação Especial.

O estágio supervisionado enquanto componente curricular é de extrema importância para a formação do professor seja em qual área for a licenciatura, a medida que possibilita os primeiros contatos com a prática docente no universo escolar. Neste momento o graduando poderá confrontar seus conhecimentos teóricos adquiridos ao longo com a realidade nua e crua. Dessa forma é importante estar munido de um arsenal amplo de conteúdos pertinentes a sua atuação. Cada conteúdo que deixa de ser trabalhado, cada discussão que deixa de existir durante sua formação, fará falta nesse momento ímpar, é uma oportunidade a menos de olhar a realidade forma embasada.



Fonte: CRCA – Campus do Serão/UFAL

Como é possível observar no Gráfico 1, mostrado anteriormente, desde o início do curso no semestre letivo 2010.1 até o semestre atual 2018.2, a disciplina Estágio Supervisionado II foi ofertada 13 vezes com a média de 19 alunos por semestre. Como vemos a disciplina não deixou de ser ofertada e nem poderia por ser componente curricular obrigatório. Porém, em nenhuma dessas ofertas foi trabalhado algum conteúdo referente à Educação Especial, conforme planos de cursos cadastrados no Sistema acadêmico da UFAL, o SIEWEB, mesmo a temática fazendo parte da ementa. Ou seja, possivelmente 13 turmas de graduandos, deixaram de ser provocados a refletirem sobre o papel do professor na educação inclusiva.

Portanto através da análise desses documentos podemos constatar que os currículos dos cursos de Geografia não colaboram para que o profissional formado atenda a demanda de ser um facilitador do acesso ao conhecimento, uma vez que, sua formação inicial não tem subsidiado a promoção de metodologias específicas e adequadas aos paradigmas da educação inclusiva, menos ainda quando se trata de algo ainda mais específico como o TDAH, pela ausência de componentes curriculares que trabalhem essas temáticas, embora sejam elas tão relevantes

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados obtidos é importante repensar sobre a formação inicial do professor de geografia frente à educação inclusiva. Sendo necessário pensar em propostas que possam auxiliar o professor a trabalhar com alunos diagnosticados com TDAH e demais alunos portadores de necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular.

Não se pode deixar de problematizar a questão da importância da formação inicial do professor de geografia, para que possamos refletir sobre as dificuldades apresentadas por esse professor quando ele não tem uma formação e uma preparação adequada para atuar com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Disciplinas com temas relacionados à educação inclusiva e educação especial também deveriam ser ofertadas nos cursos de licenciatura em geografia. Ressaltando que os cursos na modalidade de licenciatura preparam o aluno para que possam exercer a prática docente, então é de suma importância que esse futuro professor disponha não somente de conhecimentos como também de práticas pedagógicas para que possa atender cada aluno de acordo com as suas necessidades.

É necessário refletir sobre a importância da formação inicial do professor de geografia frente à inclusão na busca de promover uma educação de qualidade analisando os desafios que serão encontrados pelos professores diante da falta de recursos e conhecimentos pedagógicos para que possa promover um ensino de qualidade atendendo as necessidades educativas dos alunos.

Trabalhar com a educação inclusiva requer superação de desafios, sendo necessário romper barreiras que dificultam o acesso de alunos portadores de necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. Analisando essa situação se faz necessário pensar numa educação de qualidade, porém para que exista uma verdadeira educação de qualidade não se pode deixar de pensar em meios que possam capacitar os professores para trabalhar com a inclusão. Uma outra reflexão que deve ser feita é sobre a importância da existência do respeito, para que a aceitação do outro possa acontecer e a inclusão possa realmente acontecer.

Muitas barreiras ainda precisam ser rompidas, crianças precisando ser inseridas no sistema regular de ensino livre de discriminação, professores despreparados sem poder oferecer auxílio devidamente adequado para seus alunos. Barreiras que existem e existirão por um longo tempo se uma atitude de mudança não for iniciada o quanto antes.

No entanto, o professor de geografia não deve ficar somente submisso a saberes que ele desenvolveu durante sua formação acadêmica, é necessário que ele tenha consciência em inovar seus saberes e pensar que diante da inclusão escolar ele passará por diversas experiências com os alunos, na qual seus saberes serão limitados e insuficiente visando a importância em aprimorar esses saberes.

Trabalhar com alunos diagnosticados com TDAH sem nenhum tipo de conhecimento exige muito do professor, pois as crianças com TDAH apresentam dificuldades em manter atenção dificultando assimilar os conteúdos. E o professor de geografia sem formação para atuar com esses alunos não saberá como agir. Suas metodologias serão importantes e fundamentais para que possa sistematizar os conhecimentos que serão aplicados, quando ele não dispõe de bases metodológicas para sistematizar os conhecimentos, as dificuldades surgirão porque as metodologias são importantes na prática de ensino, são fundamentais para realizar determinados objetivos, sem elas não é possível sistematizar os conhecimentos que serão aplicados.

É possível concluir que os currículos ofertados nos cursos de licenciatura em geografia não colaboram para que o futuro profissional possa atuar de maneira significativa com alunos portadores de necessidades educacionais especiais, exclusivamente com o TDAH, o que sugere a importância de repensá-los.

REFERÊNCIAS

ANJOS, A. D. dos. **A Importância da Educação Especial e Sua Inclusão**. Disponível em: <<https://www.pedagogia.com.br/artigos/educacaoespecialinclusao/index.php> Acesso em 7 de abril de 2019.

Associação Brasileira do Déficit de Atenção **O que é TDAH**. Disponível em: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>. Acesso em 9 de março de 2019

_____. **A Criança Comtdah E A Escola** .Disponível em: <https://tdah.org.br/a-crianca-com-tdah-e-a-escola/> Acesso em: 23 de março de 2019

BARBOSA, A. C. **Tecendo(geo)grafias na Formação de Professores de Experiência da Disciplina de Metodologia do Ensino de Geografia. Pafour/UESPI**. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/6980>. Acesso em: 8.abr.2019

BERNARDY, K. P. e TEIXEIRA, D. M. **IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES BERNARDY**, Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais-2012/ccs/importancia%20do%20estagio%20supervisionado%20para%20a%20formacao%20de%20professores.pdf>. Acesso em: 8.abr.2019

BONADIO, R. A.A. **Transtorno De Déficit De Atenção / Hiperatividade: Diagnóstico Da Prática Pedagógica**. Maringá : Eduem, 2013

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Ministério da Educação- Portal do MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulacao-e-supervisao-da-educacao>. Acesso em 4 de abr.2019

_____. **Lei n. 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário oficial da Republica Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas especiais**. Brasília: Corde,1994.

_____. **SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO: Declaração de Salamanca recomendações para a construção de uma escola inclusiva /** Coordenação geral: SEESP/MEC ; organização: Maria Salete Fabio Aranha. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>

CALIMAN, L.V. **Notas sobre a história oficial do transtorno do déficit de atenção/hiperatividade TDAH**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100005 Acesso 9 de março de 2019.

CAVALCANTI, L. **Geografia, Escola E Construção De Conhecimentos**. Campinas: Papyrus, 1998.

CORCINI, M. A. C. **EDUCAÇÃO ESPECIAL E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA E POLÍTICA: UMA ABORDAGEM CRÍTICA ATRAVÉS DE GRUPOS DE DISCUSSÃO**. Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/debusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_edespecial_uepg_marliaparecidacasprovcorcini.pdf . Acesso em 08 de maio de 2019.

DALLANORA, A. et al. **A relação da escola com o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade nos vales do Rio Pardo e Taquari - RS: um pensamento atual**. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472007000100006. Acesso em 20 de março 2019

FERNANDES, S. **Fundamentos para uma educação especial**. Curitiba: Iboex, 2006.

FONSECA, V. da. **Uma Introdução às Dificuldades de Aprendizagem**. Lisboa: Notícias, 1987

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALVÃO, A. L.; ABUCHAIM, C.M. **Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade**- Artigo Palavras-Chave : Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Disponível em: <https://www.abcdasaude.com.br/psiquiatria/transtorno-do-deficit-de-atencao-e-hiperatividade>. Acesso : 20/03/2019

LEME, R. de O., LOPES, C. S. **A PRESENÇA DA GEOGRAFIA NA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO**. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/11/351.pdf> . Acesso em: 06 abr.2019

MAGALHÃES, M. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO DOCENTE: análise curricular no curso de Licenciatura em Geografia** Disponível em: https://www.pucsp.br/webcurriculo/edicoes_anteriores/encontro-pesquisadores/2013/downloads/anais_encontro_2013/oral/monalisa_magalhaes.pdf
Acesso em: 06 abr.2019

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

PINHEIRO, S. C. A. DE S. **Crianças Com Transtorno De Déficit De Atenção / Hiperatividade (TDAH) No Ambiente Escolar**. Disponível em :<http://www.uneb.br/salvador/dedc/files/2011/05/Monografia-SARA-CRISTINA ARANHA-DE-SOUZA-PINHEIRO.pdf>
Acesso em 9.abr.2019

Portal Educação. **O que é inclusão?**

Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br> › Home › Artigos › Educação e Pedagogia. Acesso em 9.abr.2019

RICARDO, A. L. dos S. e DELAGADO, O. O. C. **O Papel Do Estagiário Na Educação Especial Nas Séries Iniciais Do Ensino Fundamental Do Município Da Serra: Descortinando As Práticas** Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/06/revista-espaco-academico-v05-n10-artigo-5.pdf>
Acesso em 10 de abril de 2019.

SAMPAIO, A. de A. M. e SAMPAIO, A.C. F..**Ler O Mundo Com As Mãos E Ouvir Com Os Olhos: Reflexões Sobre O Ensino De Geografia Em Tempos De Inclusão.** Uberaba, MG. 2011

SANTOS, E. O. dos. **Educação online: cibercultura e pesquisa-formação na prática docente** 351 f. .Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 2005. Orientador: Prof. Dr. Roberto Sidney Alves Macedo. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/11800>
Acesso em: 08 abril 2019

SANTOS, I. M. **INCLUSÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO PARA TODOS.** Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp137455.pdf>. Acesso em 9.abr.2019